

TÍTULO: A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES FAMILIARES PARA OS DESTINATÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O CASO DE CAMPINAS.

Autores:

André Pires

Professor de Antropologia e Pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Haretha Kazumi Itoman

Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Contato:

Profissional
Faculdade de Ciências Sociais
Rodovia D. Pedro I, km 136
Parque das Universidades - Campinas - SP
CEP: 13086-900
Telefone: (19) 3343-7185
anpires@puc-campinas.edu.br

Resumo:

Objetivamos refletir neste artigo em que medida a família continua a ter um papel central no modo de vida das pessoas que participam do programa de transferência de renda do Governo Federal “Programa Bolsa Família”. A partir de entrevistas realizadas junto aos destinatários, pudemos notar que a participação no Programa Bolsa Família tende a reforçar a lógica da rede familiar em sua operacionalidade, entretanto com significativas alterações em sua estrutura, uma vez que nossas observações apontam para o fato de que novos arranjos familiares vêm se formando, indicando maior flexibilização e elasticidade nas fronteiras entre o papel feminino e masculino dentro da família.

Palavras-chave: Políticas Públicas - Transferência de Renda – Família – Gênero - Campinas

1. Introdução

Este artigo apresenta resultados de uma investigação de caráter etnográfico realizada junto aos participantes do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Campinas, estado de São Paulo (Brasil), cujo objetivo foi compreender a importância desta política pública levando-se em consideração as visões dos próprios destinatários e de suas famílias.¹

2. Metodologia.

A pesquisa fundamentou-se em entrevistas, realizadas junto ao responsável pela família perante o programa. Foram realizadas sete entrevistas em profundidade, entre novembro de 2008 e junho de 2009, na própria casa dos entrevistados, com duração média de 2,5 horas. Além destas, foram feitas nove entrevistas com duração média de 30 minutos, no Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CPTA), local administrado pela Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (SMCTAIS) da Prefeitura Municipal de Campinas, onde são feitas as inscrições e acompanhamento dos cadastrados no PBF – local popularmente conhecido como “Casa do Bolsa Família”. Essas seis entrevistadas foram agregadas a uma base de dados que totalizava cinquenta entrevistas preliminares, reunindo os contatos dos outros membros do grupo de pesquisa.

A idade dos entrevistados (todas mulheres), varia entre 23 (idade das duas mais novas) e 53 anos (idade da mais velha). Todas residem em bairros periféricos na cidade de Campinas,

¹ A pesquisa contou com apoio do CNPq através de bolsa de iniciação científica e da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) através da modalidade auxílio à pesquisa.

como Jardim Parnaíba, Jardim Campo Belo e Jardim Anchieta. Quanto à estrutura familiar, com exceção de um caso de uma composição monoparental feminina simples (em que a família era constituída pela entrevistada e por seu filho), em todos os outros se tratava de famílias nucleares, compostas por uma mãe/esposa, pai/marido e filho(s), sendo que em um desses casos, tratava-se de uma família nuclear ampliada ou extensa, isto é, incluía também genros e netos. Cabe acrescentar que todas as conversas foram gravadas e posteriormente transcritas, a fim de que possam ser devidamente analisadas de acordo com os interesses da pesquisa.

3. Resultados e Discussão

Nossa reflexão parte, em grande medida, de trabalhos antropológicos realizados nas últimas décadas em torno da população de baixa renda nas grandes cidades. Tratam-se dos estudos de Teresa Pires do Rio Caldeira (1984), Alba Zaluar (2000), Cynthia Andersen Sarti (2007), dentre outros. Como iremos verificar, a maior parte destes estudos antropológicos sobre pobres nas metrópoles brasileiras, considera o papel privilegiado da família como núcleo irradiador de concepções de mundo e da própria identidade desses indivíduos. Tais estudos foram realizados, em sua maioria, nos anos 80, cabendo perguntar se atualmente, no final da primeira década do século XXI, a pobreza na periferia das grandes cidades seria vivenciada da mesma maneira. Nesse sentido, um dos objetivos deste artigo é refletir a partir das entrevistas realizadas se a família continua a ter um papel central no modo de vida dos pobres que vivem na periferia de Campinas. Além disso, de que maneira a incorporação dos programas de transferência de renda – em particular o Programa Bolsa Família, criado em 2003 – trouxe impactos na organização e sociabilidade das famílias.

Dito de outro modo será que encontraremos tão nítidas estas lógicas familiares operando sobre o comportamento dos indivíduos? Será possível encontrar situações em que o grau de individualidade das pessoas faça com que os valores familiares sejam deixados em segundo plano? De forma complementar, em quais situações concretas encontraremos lógicas familiares operando sobre os indivíduos e em que momentos haverá abertura para projetos individuais?

Os resultados da investigação até o presente momento sugerem que o Programa Bolsa Família (PBF) acaba por reforçar a lógica da rede familiar em sua operacionalidade, entretanto com significativas alterações em sua estrutura. Nossas observações apontam no sentido de que novos arranjos familiares vêm se formando, com uma maior flexibilização e elasticidade das fronteiras rigidamente demarcadas, entre o papel feminino e masculino na família. No decorrer do artigo, veremos como é possível observar uma mudança no papel da mulher no interior da família, em que esta passou a exercer funções que não são atribuídas tradicionalmente ao seu papel social, pois ao longo de sua vida familiar ela passa constantemente a exercer as responsabilidades de mãe e pai ao mesmo tempo.

3.1. A pobreza nas pesquisas antropológicas urbanas

No artigo “A Sociedade vista da periferia” publicado originalmente nos anos oitenta, Eunice Durham (1986) busca sistematizar os estudos antropológicos que até então foram feitos junto às populações pobres das grandes cidades. Até aquele momento, tratava-se basicamente de estudos realizados nas periferias do Rio e em São Paulo, estes últimos muito influenciados pelas linhas de investigação estabelecidas pelos pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

De acordo com a autora, os antropólogos que buscaram compreender a pobreza a partir das concepções nativas depararam-se, como pressupõe a experiência etnográfica, com uma realidade complexa, heterogênea e vasta. Os “pobres”, por assim dizer, são pessoas com origens sociais diferentes, em sua maioria, migrantes originários de várias localidades brasileiras, com uma heterogeneidade de crenças e pluralidade nas formas de inserção no mercado de trabalho: assalariados, trabalhadores por conta própria, funcionários públicos, dentre outros.

À medida que o antropólogo interage com o universo de significação da população estudada aquilo que à primeira vista se apresentava como desprovido de sentido, caótico, gratuito, vai ganhando inteligibilidade permitindo a tradução das categorias “nativas” para o discurso científico (do antropólogo); este entendido como uma interpretação (se possível densa) sobre sua experiência de campo.

Pode-se observar nas considerações de Durham que a inteligibilidade da experiência de campo, que como vimos se apresenta inicialmente de maneira plural e “desordenada” aos olhos do observador, funda-se na análise sistemática de algumas regularidades da vida social, as quais se corporificam em certas instituições. Veremos com clareza na passagem transcrita abaixo como a autora advoga a possibilidade de estabelecermos um conjunto de valores e práticas característicos da população pobre urbana, a despeito da mencionada heterogeneidade.

“E entretanto, apesar desta diversidade, a familiaridade com essas pesquisas não pode deixar de revelar, mesmo ao investigador o mais desavisado, uma grande uniformidade no que diz respeito a valores fundamentais, hábitos, gostos e aspirações que parecem caracterizar o conjunto dessa população. Isso não é surpreendente. Podemos, com efeito, supor que as forças sociais que modelam a transformação da sociedade brasileira tendem a produzir, para os setores mais pobres da população urbana, condições de existência muito semelhantes (...) Em outras palavras, podemos supor que condições de vida semelhante dêem origem a características culturais próprias” (DURHAM, 2004; p. 380).

Resta perguntar qual seria a instituição capaz de costurar este conjunto? A resposta inequivocadamente estaria na família. Segundo a autora, a família é o “*elemento básico de organização do modo de vida das classes populares*” (DURHAM, 2004:401), uma vez que a partir da família se organizam os rendimentos, o consumo e o lugar da divisão sexual do trabalho. Veremos, a seguir, como este tipo de entendimento suscitado a partir de investigações junto a pobres urbanos está fartamente presente em outras pesquisas realizadas.

Teresa Pires do Rio Caldeira, que trabalhou com Eunice Durham em pesquisas com moradores urbanos pobres, realizadas no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), amplia este entendimento. Em sua pesquisa no Jardim das Camélias, bairro da região de São Miguel Paulista, zona leste do município de São Paulo, Caldeira salientou a preponderância das estratégias familiares sobre os comportamentos individuais. De acordo com a autora, a família serve como “*locus a partir do qual se elabora uma visão do mundo e uma avaliação da sociedade*” (CALDEIRA, 1984; p.103).²

É importante considerar que a pesquisa de Caldeira introduziu elementos novos no debate sobre a inserção dos moradores da periferia no mercado de trabalho das grandes cidades. De maneira um tanto quanto esquemática, grande parte das discussões sobre o processo de urbanização das grandes cidades no decênio de setenta e oitenta passava pelo desenraizamento

² Duarte (1986) propõe, a partir de sua experiência de pesquisa junto a trabalhadores pobres do bairro Jurujuba em Niterói, que a cultura das classes trabalhadoras urbanas é fundamentalmente hierárquica e holista, em contraposição ao individualismo e a igualdade que fundam e orientam as instituições políticas e econômicas características das sociedades modernas. Daí, entre os trabalhadores pobres pesquisados pelo autor, haveria a “preeminência explícita e direta do ‘grupo’, da ‘coletividade’, da ‘comunidade’ sobre aquilo que chamamos e valoramos como a ‘individualidade’” (DUARTE, 1986; p.135). No estudo supracitado, Caldeira, por outro lado, rejeita a idéia de que haveria uma cultura da classe trabalhadora que se apresentasse com certa autonomia em relação à sociedade englobante, tal como parece sugerir Duarte. Para a autora, este modo de vida em que as orientações coletivas prevalecem sobre as posições individuais encontra na família o locus institucional por excelência.

das formas de produção, sociabilidade e consumo submetidos aos migrantes residentes nas grandes cidades.

Num certo sentido, a vinda para a cidade representaria um marco na transição das formas coletivas de recrutamento e realização da força de trabalho para um tipo de trabalho que se apresenta como individualizado, seja na forma assalariada, seja na forma autônoma, em prestadores de serviço, biscateiros etc. Caldeira demonstrou que muitas vezes o deslocamento populacional de um lugar para o outro não ocasiona uma ruptura radical com os valores e as formas de organização social dos locais de origem.³ Ao atentar para a maneira como os moradores pobres vivenciam a experiência no trabalho, a autora d'A *Política dos Outros* observou: *“os trabalhadores vivem individualmente a experiência do mercado de trabalho, e é enquanto indivíduos que obtêm certo nível de renda, mas esse fato não tem repercussão apenas em suas vidas pessoais, já que a sobrevivência é sempre organizada em termos grupais”* (CALDEIRA, 1984; p.90).

Assim, vê-se que somente na aparência a entrada e saída do mercado de trabalho seria um ato individual. De fato, devem ser levadas em conta estratégias familiares de sobrevivência, tanto de ciclo longo, como de ciclo curto, como nos ensina Almeida (1986), que fazem com que as famílias coloquem ou não os seus membros no mercado visando garantir um determinado nível de rendimento tido como adequado. Essas estratégias familiares podem ser claramente visualizadas nas formas de consumo das famílias pobres, uma vez que a conexão entre renda dos indivíduos e consumo é mediada preponderantemente pela família. Retomando as colocações de Durham, Caldeira enfatiza que a família entre os mais pobres é tanto unidade de produção como de consumo.

³ Esta questão também é desenvolvida por Pires (2007), especialmente no capítulo 5, ao se tratar das origens dos caseiros do município de Vinhedo, São Paulo.

“A maior parte dos projetos de consumo é familiar, não só no sentido de que eles são pensados em função de todo o grupo doméstico, mas também no sentido de que dependem do esforço de pelo menos alguns de seus membros. É para a família que confluem as rendas que os vários membros auferem individualmente no mercado de trabalho, e é a partir dela que os rendimentos são distribuídos e usados (vale lembrar que ela possui sempre membros improdutivos que precisam ser mantidos)” (CALDEIRA, 1984; pp.104-105).

Alba Zaluar, ao pesquisar os moradores de Cidade de Deus no Rio de Janeiro, mais ou menos na mesma época do que Caldeira, também corrobora o entendimento da importância da família entre os pobres. As famílias pobres, como observou Zaluar, muitas vezes agem de forma próxima à função de previdência social, recebendo e dando apoio para parentes órfãos, parentes mais velhos, separados, mesmo quando eles não podem ajudar na renda familiar. Assim, considera a autora:

“O adjetivo individualista pouco caberia nesse padrão, quando sabemos que as necessidades de sobrevivência, inclusive obtenção de moradia, obriga a cooperação de todos os membros da família conjugal, mas também de outros parentes e agregados a ela incorporados”. (ZALUAR, 2000; p. 99).

Coube, no entanto, a Cynthia Sarti (2007) conduzir o entendimento da importância da família a patamares mais elevados. Sarti, uma seguidora da tradição aberta no CEBRAP, fez seu mestrado na mesma época de Teresa Caldeira e pesquisa de campo no mesmo Jardim das Camélias, em São Miguel Paulista, São Paulo.

Alguns anos depois dos estudos de Caldeira e Zaluar - entre o final dos anos 80 e início dos 90 -, Sarti retornou ao Jardim das Camélias para fazer pesquisa de campo que resultaria na sua tese de doutoramento. O ponto central a destacar no argumento de Sarti é que a família não

pode ser vista “simplesmente” como unidade de produção e de consumo; como um tipo de instituição que funcionaria para garantir a sua própria sobrevivência e de seus membros estipulando e estabelecendo padrões de rendimento e de consumo tidos como aceitáveis para a sua reprodução. A família, para Sarti, é mais do que isso é uma ordem moral que estrutura, dá sentido, identifica e oferece a mediação entre o público e o privado para os pobres. Diz a autora:

“A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação no mundo” (SARTI, 2007; pp.52-53).

A partir do que foi exposto até aqui, pode-se observar a importância que a literatura especializada sobre o tema confere à família quando se trata da análise do modo de vida das famílias pobres. Resta-nos, portanto, indagar se na análise das entrevistas realizadas na periferia de Campinas em 2008 e 2009 as características presentes nos trabalhos dos anos 80 e 90 estarão ou não presentes.

3.2. Esfera familiar e moralidade

Embora a família continue sendo objeto de profundas idealizações, a realidade das mudanças em curso na sociedade abala de tal maneira o modelo “tradicional” de família evidenciada nos estudos de Sarti (2008) – isto é, “*uma família nuclear, composta por um*

pai/marido que trabalha e sustenta financeiramente a família e uma mãe/esposa que cuida da casa e dos filhos” (SARTI, 2008:25).

Dentro desta concepção usual em que a instituição familiar é compreendida perante a sociedade (uma família nuclear, composta por um pai/marido, uma mãe/esposa e filhos), podemos observar como as relações que constituem tal instituição podem ser compreendidas a partir de uma ordem hierárquica, freqüentemente carregada por teor patriarcal. Ainda que inúmeros fluxos de trocas simbólicas venham transformando este modelo de organização familiar – fluxos estes que se dão como consequência, inclusive, de processos migratórios -, observa-se que esta herança cultural de nossa sociedade ainda vem sendo reproduzida e mantida.

Isso porque a família comporta uma enorme elasticidade, e é dentro desta elasticidade que a instituição familiar deve ser analisada para ser mais bem compreendida. Nesse sentido, não se deve observá-la sob uma única ótica, seja de mudança ou de continuidade, mas sim dentro de uma perspectiva pendular, que se altera ou se mantém de acordo com a realidade em que tal instituição está imersa. Tal modelo pode ser ilustrado pelo relato de uma de nossas entrevistadas.

A entrevistada tem uma filha de quarenta e sete anos, que nunca trabalhou, pois nasceu com uma deficiência, *“tem o pé torto, sabe? É uma coisa horrível de se ver, me dá até arrepio”*. (entrevistada, 63anos). A filha também teve meningite, *“não chegou a ficar louca, mas não consegue guardar nada na cabeça, esquece tudo...”* (entrevistada, 63anos). Sua filha já tentou o cadastro no Programa Bolsa Família (PBF) em duas ocasiões: em um posto de saúde na própria comunidade e em um posto de saúde junto ao Hospital Mário Gatti; entretanto, não conseguiu o benefício.

A entrevistada possui dois netos. Um deles, de onze anos, freqüenta a Legião da Boa Vontade (LBV) há seis anos – em certa ocasião, na sede da própria LBV, o pai do garoto, alcoolizado, teria batido no filho por conta de um desentendimento devido ao uso de uns óculos

escuros, na presença de uma assistente social. Depois disso, a criança foi levada a um abrigo, e ao entrar em contato com a avó, a assistente social marcou um encontro com esta no local. Nessa ocasião a entrevistada informou à assistente que seu genro é alcoólatra, e que por conta disso, sua situação familiar é bastante complicada. Teria pedido à assistente social, então, pela guarda da criança, que ainda hoje estaria *“traumatizada e com raiva do pai, quando lembra o ocorrido”*. (entrevistada, 63anos). Depois do ocorrido, a assistente social teria procurado sua filha, mãe da criança, pedindo a ela para não permitir que o marido entrasse mais em casa, caso contrário às crianças seriam levadas embora.

O outro neto tem nove anos, participa de um grupo comunitário *“que veio do exterior... são da Igreja... se não me engano são franciscanos, pois o santo de nossa comunidade é São Francisco de Assis”*. (entrevistada, 63anos). Neste centro, o garoto estuda no período da manhã e participa de atividades físicas e culturais durante o período da tarde. A entrevistada considera tais grupos muito bons por ajudarem na criação das crianças. Seu neto, ainda, consulta o fonoaudiólogo no Hospital da PUCC (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), pois possui dificuldades de fala – *“ele corta as palavras – a tia da fono que disse – e por isso agora posso ajudar”*. (entrevistada, 63anos).

Todos os problemas da entrevistada – segundo sua opinião – são causados pelo genro alcoólatra: *“ele não trabalha e judia de todo mundo em casa... ele tem onze irmãos e todos trabalham e tem casa, não querem o estorvo [o genro de da entrevistada] para eles... só meu genro é assim”*. (entrevistada, 63anos) Também afirma que os parentes de seu genro não ajudam na criação das crianças.

A partir deste relato, nota-se como a moralidade familiar já observada por Sarti (2007) e exposta no item dois (logo à cima) faz-se presente em sua mentalidade, que tende a reproduzir o modelo já determinado pela sociedade - o que em seu caso específico não estaria sendo possível,

e como isso é sentido pelas pessoas como uma perda. Isso é notável com as comparações feitas pela entrevistada, entre o marido de sua filha e os próprios irmãos dele, que cumpririam com seu papel social de pai, uma vez que conseguiram ter casa própria e bom trabalho. Situação de todo diversa daquela do pai de seus netos, que mesmo ao exercer sua autoridade desmedida sobre os filhos e a esposa, agindo apenas de forma repressiva, e mesmo altamente violenta - dentro e fora do ambiente doméstico -, acaba por descumprir com suas funções; moralmente delimitadas tanto pela sociedade quanto pelo núcleo familiar.

Podemos observar como se faz presente na realidade uma grande complexidade da instituição familiar, e como esta deve ser observada considerando toda sua heterogeneidade estrutural. No caso desta entrevistada, há a presença, ainda, de uma família nuclear – com um pai, uma mãe e dois filhos. Esta seria a descrição da família, se partíssemos unicamente de uma ótica modular.

Entretanto, ao acrescentarmos o fato do pai ser supostamente um alcoólatra, a mãe ser deficiente física, somado ao fato de haver a constante presença da avó materna (que é a própria entrevistada), claramente tem-se aí um exemplo da elasticidade familiar; com a função materna e paterna tendo sido deslocadas para a avó.

A

A: o seu marido é aposentado?

Entrevistada 1: aposentado ele não é... Eu consegui parar ele agora... Ele recebe aquela ajuda do governo por seis meses...

A: que é, seguro desemprego?BPC?

Entrevistada 2: isso BPC...

Entrevistada 1: ele não entro no coisa, ele contribuiu muito poço no INS, então ele ta nesse fundo social porque ta recebendo tratamento psiquiátrico, porque no acidente dele ele fraturou o crânio em 3 lugar, deu hemorragia cerebral...

A: o que foi?

Entrevistada 1: ele tava de bicicleta e o menino bateu nele de moto, de frente... Ele tava vindo do serviço... Aqui no bairro... Só que o menino também ficou ruim no dia... Mas o meu marido não ficou 100% igual ele era... Daí a medica deu uma carta para ir lá no INPS procurar esse fundo social... Fui lá e deu certo... (Entrevistada 1, 53 anos; entrevistada 2, 47 anos.)

Neste caso, temos um lar com um arranjo familiar nuclear extenso. O primeiro dado aqui é que as imediações do local onde vivem a quadra estão repletas de moradores que têm algum vínculo familiar entre si. Neste núcleo familiar, temos a presença da filha mais nova, casada com filhos e dependente de seus pais. Mesmo sendo casada, a entrevistada acaba tendo que cumprir simultaneamente com o papel social de mãe e de pai. Isso porque seu marido sofreu um grave acidente, não podendo mais manter economicamente o lar, tendo fraturado o crânio, o que fez com que apresentasse constantes lapsos de memória, tornando-se diretamente dependente da esposa, que lhe ajuda com seu tratamento.

Em nossa visita a casa desta entrevistada, pudemos perceber como ela acabou por criar uma forte identidade materna, que em certa medida extrapolou o usualmente concebido. Como consequência de sua realidade familiar, a entrevistada acabou por assumir o papel de mãe para toda a família: tanto para seus filhos e os filhos de seus filhos, quanto para alguns sobrinhos e inclusive para o seu marido.

Nos dois casos aqui citados, podemos constatar uma observação já feita por Sarti, que na dificuldade de realização da “família nuclear” fortemente demarcado pela distinção entre os papéis de gênero, estes podem ser deslocados para outros membros da rede familiar.

A partir destes casos acima citados, observamos aquilo que Sarti já constataria, de que as mudanças nas instituições familiares se processam de modo lento e complexo,

“Uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência, a respeito desta, definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, os quais tem nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas” (SARTI, 2008; p.23).

Nesta ótica da instituição familiar, modular, regulada e hierarquizada, nos chama a atenção o alto grau de elasticidade observada no trabalho de campo com os participantes do PBF, no que diz respeito à relação estabelecida entre o homem e a mulher; ou melhor dizendo, entre estes, em seus papéis de marido e esposa.

Este papel predominante em nossa sociedade, do homem como “pai” e “chefe da família” e provedor, pode ser observado constantemente em muitos lares como traço marcante, por se tratar de uma característica da instituição familiar reproduzida em vários níveis sociais e conjuntamente a diferentes aparelhos sociais.

Deve-se considerar como este modelo de família nuclear se faz enraizado na sociedade brasileira como um todo; o quanto a marcou em diferentes níveis, não só econômicos ou políticos, mas também na própria estruturação simbólica e cognitiva.

É por tal fato que podemos observar o caso da referida entrevistada. Mesmo ela sendo aposentada, trabalhando todos os dias como faxineira (não registrada), sustentando a filha deficiente, dois netos e o genro alcoólatra, continua a se fundamentar na visão de que uma boa família é aquela com um “bom” pai, o qual deve arcar com as despesas da casa e não beber; visão esta que deve sustentar este modelo de estrutura familiar “adequada”.

Já no exemplo A, mesmo não ilustrando a necessidade de ter um modelo de estrutura familiar “adequada”, vivencia a necessidade de manter sua rede familiar operante; exercendo

papel de mãe para seu marido dependente, de mãe e pai para as variadas relações com os próprios filhos e inclusive de avó, mãe e pai para os filhos de seus filhos.

3.3. O Programa Bolsa Família e a identidade da mulher

O modelo de uma família “adequada”, nuclear, continua a ser dominante na concepção de todas as nossas entrevistadas. A despeito disso, diferentes configurações da estrutura familiar – ao menos em relação àquilo que podia ser observado nas últimas décadas - estão se fazendo cada vez mais presentes, ainda que na maioria das vezes isso não seja compreendido por tais famílias. No caso da população de baixa renda das grandes cidades, tais mudanças, podem ser observadas principalmente no que diz respeito à atuação da mulher, em relação à família e à sociedade. Tanto em casos de famílias em que há uma figura masculina cumpridora dos papéis que lhe são moralmente atribuídos; quanto em casos em que essa figura não cumpre com tais papéis, ou mesmo inexistente de fato (no caso de mães solteiras, viúvas ou divorciadas), nota-se a clara presença do agente feminino na vida social, inclusive baseado no seu próprio papel social de “mãe”. Expliquemos melhor como isso foi notado em nossas entrevistas:

B

A: como que é pra você assim, gastar o dinheiro certo do bolsa família...

Entrevistada: Olha, pelo menos no meu ver... No meu ver... Tirando assim, baseado na minha situação, eu ia investir nos meus filhos... Que é uma coisa que eu to sentindo falta...

A: e porque só mulher vai no bolsa família, porque você acha?

Entrevistada: eu não sei... Acho que porque...acho que a mulher vai atrás porque é o instinto da mulher... Eu tiro mais por mim e por algumas pessoas que converso... Acho que o homem nunca vai abaixar a cabeça né... O homem tem assim, esse fardo, como ele acha que é o líder da casa, ele acha que tem que trabalhar pra todo mundo comer né... Já a mulher não... Se ela vê que os filhos tão passando necessidade, ela corre pra todos lado do mundo, bota a boca no mundo....(Entrevistada, 23 anos).

Neste relato podemos observar como a entrevistada, mesmo reconhecendo o papel atribuído ao homem como “pai” - “*ele acha que tem que trabalhar pra todo mundo comer né*” (entrevistada B, 23anos)- acaba também por identificar seu papel de mulher como mãe que “*Se ela vê que os filhos tão passando necessidade, ela corre pra todos lado do mundo, bota a boca no mundo...*”.(entrevistada B, 23anos) – e que, portanto, em nome desse mesmo papel, atuaria mais ativamente na sociedade, “botando a boca no mundo”.

O ponto a ser destacado – e tentaremos demonstrar com três exemplos, ainda que de arranjos familiares distintos – é que mesmo reproduzindo os papéis sociais a ela atribuídos (como mãe, deve cuidar do bem-estar da família) – e, de fato, em nome desses papéis – a mulher acaba hoje tendo uma atuação em esferas da vida que seriam originalmente (de acordo com esses mesmos critérios) atribuídas aos homens. Mais do que isso nos parece que o próprio PBF tem importância nesse processo, ao considerarmos o fato deste se caracterizar como um programa de transferência de renda que prioriza a família como um todo, e faz da mulher, enquanto mãe, a mediadora entre o Estado e a instituição familiar.

Para construir nosso argumento. Primeiramente, deve-se ressaltar aquilo que já observara Sarti, de que sempre é atribuído um papel fundamental do pai como mediador da família com as demais instituições externas:

“Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado chefe da família e a mulher chefe da casa. Essa divisão complementar permite, então, a realização das diferentes funções da autoridade na família. O Homem corporifica a idéia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o respeito. Ele, portanto, responde pela família. Cabe a mulher outra importante dimensão da autoridade de manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. É a patroa, designação que revela o mesmo padrão de relações hierárquicas na família e no trabalho” (Sarti, 2007; pp.63-64).

O homem, nesse sentido ideal, atuaria como o mediador entre a família e a esfera externa ao mundo do lar. Por outro lado, caberia a mulher o cuidado com a esfera doméstica. Entretanto, de acordo com os casos que estamos observando, nota-se uma maior atuação da mulher “*botando a boca no mundo*”, atuando nessa esfera externa ao lar – e isso em nome desse mesmo ideal de atuação da mulher. Para tanto, observa-se aqui certa transformação no lugar ocupado pela mulher na família. Esta passou a exercer muitas vezes funções que não são atribuídas tradicionalmente ao seu papel social, pois ao longo de sua vida familiar ela passa constantemente a exercer as responsabilidades de mãe e pai ao mesmo tempo. Com isso, podemos notar diferentes arranjos familiares, em que as fronteiras fortemente demarcadas e observadas por Sarti há quase duas décadas - entre o papel do homem como pai e mediador do mundo externo e o da mulher como mãe - tornam-se mais porosas, ganhando uma configuração mais elástica e flexível.

Fundamental nesse processo, a nosso ver, seria o próprio PBF, ao apresentar uma série de condicionalidades (como a frequência escolar obrigatória de pelo menos 85% do período letivo, para as crianças em idade escolar; a atualização do cartão de vacinação para crianças de 0-6 anos; visitas regulares aos postos de saúde, para exames como o pré-natal e enquanto as mães estiverem amamentando), que acabam imbuindo a mulher – através, justamente, de seu papel de

mãe – da supracitada agência perante o Estado e a sociedade, esferas que anteriormente, como observado por Sarti (2007), seriam de domínio masculino.

Ao mesmo tempo em que exerce esse papel social, aquele da mulher como mãe é, ressaltado. Além disso, pelo contexto em que se dá a atribuição de tais papéis sociais, a identidade da mulher passa a ser ressignificada em certo grau, uma vez que a instituição política prioriza-a no momento de receber o benefício, contudo responsabilizando-a perante a sociedade. Podemos entender que o PBF acaba por reforçar a lógica da rede familiar em sua operacionalidade, ao permitir que a mulher como mãe e responsável pelo benefício possa cumprir com seu papel social (de mãe, administradora da casa) sem depender financeiramente do marido ou de ter que exercer uma dupla jornada de serviço. Com isso, ela passa a ter inclusive mais tempo para a formação de redes de sociabilidade na família como um todo, o que acaba, finalmente, por amenizar a vulnerabilidade que a mulher como dependente do marido em relação ao mundo externo. Este traço marcante foi observado entre nossas entrevistadas.

C

A: e quando você tem um dinheiro como o do Bolsa Família, você acha que isso muda as coisas, que você pode fazer coisas que você não fazia antes...

Entrevistada: ah, melhora viu, porque que nem eu preciso de uma coisa que ele fala que não é muito importante... que nem, eu faço unha pros otro... Daí precisa comprar algodão, precisa comprar acetona, esmalte... Daí ele fala 'ah porque isso...' Daí eu vou e falo 'olha comprei com o meu dinheiro, ta aqui é meu'... É isso... Que nem os menino queria um DVD, daí ele 'ah mais porque mais dvd'... Então eu fui lá e comprei... Se é pra dar motivo pra eles não ir pra rua, eu deixo assistindo desenho...(Entrevistada, 23 anos)

D

A: me diz uma coisa, o que é pobreza pra você? O que é ser pobre?

Entrevistada: eu graças a Deus nessas parte de passar necessidade, nunca passei... quantas vezes eu meu marido desempregado, eu não saía, pegava o carrinho de feira pra poder pedir e me virava... Eu pego meu carrinho vou na casa de uma amiga vou na casa de outra e peço uma coisa pra um peço pra outra eles sempre me dão, me ajuda... Eu não tenho vergonha de falar que peço, to pedindo não to robando, to pedindo com honestidade... Não to com sem vergonhice... Sem vergonhice assim quero dizer, fazer as coisas assim por dinheiro... Eu levava minha filha... Ela ficava na sombra com o carrinho, ia lá pedir... Quantas vezes não cheguei a ganhar bolacha, leite, até roupa, sapato...

Entrevistada, 27 anos)

A entrevistada do exemplo C possui uma estrutura familiar nuclear (pai/marido, mãe/esposa e filhos). Sua família mora em uma casa cedida, mas já está construindo sua casa própria, com a ajuda dos familiares, que contribuem com a construção durante os fins de semana cobrando um preço mais acessível pela mão de obra, além da ajuda dos amigos e vizinhos, os quais informam onde há algum tipo de doação de materiais para a construção da casa. Seu marido também passa seus dias de folga do trabalho na construção, e possui um emprego com carteira assinada. A entrevistada faz todos os tipos de “bicos” que lhe ofertam, mas não pode ter emprego fixo por ter dois filhos, um menino com seis anos e uma menina com quatro anos, que estudam em períodos diferentes e não conseguiram vagas nas creches perto da residência. Em seu relato sobre o uso do dinheiro do PBF, podemos notar o caráter eminentemente “feminino” do benefício recebido “*daí eu vou e falo ‘olha comprei com o meu dinheiro, tá aqui é meu’...*”.(entrevistada C, 23anos), havendo clara autonomia da entrevistada em ter seu próprio dinheiro. Além disso, um traço notável foi que o marido da entrevistada, questiona sobre o uso

do dinheiro “*porque que nem eu preciso de uma coisa que ele fala que não é muito importante... que nem, eu faço unha pros otro... daí precisa comprar algodão, precisa comprar acetona, esmalte... daí ele fala ‘ah por que isso?’.*”(entrevistada C, 23anos).

No exemplo D, a entrevistada tem uma família nuclear, estando o seu marido desempregado, e suas duas filhas em idade escolar. No momento de nossa visita ela estava com dificuldades por ter como única fonte de renda para sustento da família, o dinheiro do PBF. Pudemos perceber que esta era de fato a sua realidade até pelo fato da entrevistada ter detalhado cuidadosamente várias vezes durante nossa conversa a respeito de como ela utilizava o benefício.

A partir destas constatações do trabalho de campo, surgiu um questionamento acerca da construção identitária da mulher, nas classes populares urbanas. Este questionamento parte da ideia de que no contexto estudado, a mulher, mesmo sendo reconhecida como um agente da sociedade, simbolicamente absorve para si uma identidade fortemente ligada ao papel social materno.

Para melhor visualização desta questão, vamos recorrer a uma entrevistada que deixou um relato muito marcante:

E

A: e você tem um sonho; alguma coisa que gostaria assim de realizar?

Entrevistada: ah tenho viu... É que essa daqui, ela, todos os aniversários dela a madrinha dela faz né, uma festinha pra ela tudo, agora aquela ali nunca teve coitada... Daí o meu sonho era trabalhar e poder dar uma festinha pra ela né... Já ta virando mocinha até coitada, daí um dia chega ta namorando, chega a casar, e fala “a eu nunca tive uma festa de aniversário...” daí fica chato pra eu né...

A: agora e um sonho seu; esquece que você é mãe assim, o que seria?

Entrevistada: ah assim, é que quando a gente é mãe não pensa nada da gente, é tudo pros filho... Ah meu sonho é trabalhar assim, ter algo melhor na vida né,

*porque ficar do jeito que ta não pode né, tem que subir um pouco mais pra cima...
(Entrevistada, 27 anos).*

Neste exemplo, a entrevistada mora com seu marido (desempregado) e suas duas filhas em uma casa construída com materiais reciclados. Tem vários problemas de saúde vinculados ao seu aparelho respiratório, problemas que, segundo a entrevistada, foram consequência dos sucessivos maus tratos que recebera de sua mãe biológica quando criança. Inclusive por este fato, a entrevistada teria passado a ser criada por sua avó materna (a quem chama de “mãe”), com quem vive até hoje.

Pela situação econômica precária em que estava, ao questionar a entrevistada sobre seu sonho de vida, esperávamos algum tipo de resposta ligada diretamente a anseios materiais. Contudo, o que mais nos instigou nesta narrativa, foi o valor que a entrevistada atribuiu ao objetivo moral dela como mãe, de poder dar a sua filha uma festa de aniversário antes que ela se casasse. Somente em um segundo momento, ao insistirmos na questão, para que contasse algum sonho relacionado unicamente a ela, é que a mesma pensou em algo propriamente material, como a conquista de um emprego, para que pudesse dar melhores condições para família. Ainda sim, nesse caso, observa-se que seu objetivo com o emprego seria voltado para sua família como um todo.

A partir dos relatos trabalhados na pesquisa podemos perceber o quão difícil é para a mulher marginalizada no meio urbano construir anseios e expectativas subjetivas sem que os condicione automaticamente àquilo que a sociedade exige da mulher ao identificá-la como mãe.

Mesmo em contextos de organização familiar diferentes, podemos evidenciar claramente esta característica. É o caso que observamos claramente em algumas entrevistadas:

F

A: O que você acha sobre o Bolsa Família?

Entrevistada: Olha eu acho uma grande ajuda, olha porque a gente precisa, eu preciso porque só o meu marido trabalha e o que ele recebe não dá, por exemplo agente vai ter que sair daqui porque já vendeu.

A: E se não tivesse o Bolsa Família como você acha que ficaria?

Entrevistada: Ah... passaria um apuro em, é que o dinheiro é para os filhos né, não ta apertado mas tá, vai indo. Porque se eles não fossem todos pequeninos até eu poderia arrumar um serviço, mas hoje assim não tem como, quem vai olhar eles né, eu faço unha assim que me chamam e eu poço ir até vou, mas não tenho como largar eles sozinhos.

(Entrevistada, 23 anos).

Neste exemplo, há claramente um núcleo familiar, com a presença do marido e de dois filhos. A entrevistada, neste caso, acabou por servir como uma espécie de apoio ao seu companheiro, que é responsável pela família e tem a esposa como responsável pelos cuidados da casa e da educação dos filhos. Podemos perceber que tanto a identidade quanto a mobilidade social da entrevistada ficam diretamente relacionadas ao seu papel social materno: todas as suas possibilidades de agência social são determinadas pelo fato de ser mãe e ter dois filhos pequenos que precisam dela constantemente.

G

A: Quando a senhora olha assim a vida da senhora o que a senhora acha que ta melhor? Aqui ou quando morava lá em São Paulo?

A: Não dá nem para comparar. Era uma benção lá. Agora, aqui em matéria de viver melhor de viver tranqüilo, aqui aonde eu to é muito melhor. Porque um ano que eu fiquei lá depois que minha mãe faleceu, eu sofri muito, muito, muito, muito,

entendeu? A minha irmã já foi desajuizada, meu irmão já foi descabeçado sabe? Aí encontrei um homem que me envolvi que é o pai da minha filha que também não valia porcaria nenhuma. Que hoje em dia, Deus o tenha, é falecido né? (Entrevistada, 40 anos).

Neste exemplo, a entrevistada pertence a uma família monoparental feminina, expressa que depois do falecimento de sua mãe, a função materna desta foi transferida para si, tendo que se responsabilizar pelos irmãos mais novos mesmo tendo constante ajuda de seu irmão mais velho. Em um segundo momento da entrevista detalha suas condições.

Aí minha mãe precisou de mim, meu irmão também trabalhava, meu irmão mais velho trabalhava na mesma firma, só que meu irmão ficou e eu tive que sair né por causa da minha mãe... Meu filho tudo... Tinha uma irmã pequena, então tinha que leva pro hospital esses negocio todo. Por causa dessas coisas acabei saindo do trabalho, acabei ficando desemprega, ai quando fiquei grávida dela fiquei desesperada por causa da situação do pai dela. Eu tinha meu irmão que hoje mora lá em São Paulo ainda no mesmo bairro ele tá... Ele sempre foi um pouquinho acima, assim nas verbas. E ele me falou assim: - Ó [nome da entrevistada], você vai...Eu pago seu aluguel sua cesta básica enquanto você tiver grávida né, depois quando arruma trabalho, ai vocês começa se virá sozinha. E também caiu de vim a pensão da minha mãe que nós não sabia o que fazer nós recebia ou não recebia ai depois eu fui atrás tudo porque minha irmã era menos, meu irmão era menor e ficamo recebendo a pensão da minha mãe. Ai foi aonde eu vim pra cá depois de oito meses agente meu irmão foi me ajudando, no aluguel esse negócio, ai depois consegui trabalho e agente foi levando a vida. (Entrevistada, 40 anos).

Em ambos os momentos do relato, a entrevistada narra como em sua trajetória de vida, passou por dificuldades por exercer o papel materno tanto para seus irmãos mais novos, quanto para seus próprios filhos. No primeiro caso por ter que assumir uma função que lhe foi transferida e no segundo momento por ter que assumir as responsabilidades da casa sem ajuda da figura paterna.

Tanto no caso F e G podemos constatar que as duas entrevistadas, mesmo tendo histórias e estruturas familiares distintas acabam por manter a lógica familiar fazendo com que suas identidades individuais estejam em constante relação a função materna, ou seja, suas experiências individuais acabam por contextualizar a própria organização familiar.

H

A: então e na sua casa, como você faz com as compras?

Entrevistada: é eu tenho que cuidar de tudo... Faço uma compra por mês também... Só assim legumes verdura que não, que não gosto de deixar faltar...Dai eu compro, não deixo faltar... E é bom que la não paga água e luz também rs... Aqui ninguém paga água e luz... Ainda bem porque é conta a menos, porque se tiver que pagar água, luz, telefone, daí já não dá né...Dai quebra as perna um pouco, mas daí é sossegado...Porque é só eu e ele, e mais meu sobrinho... Nois três dá sossegado, as conta normal... Tem dia que tem que olhar no armário pra ver se já tem e não comprar a mais e não estragar...

K: e você gosta de trabalhar la?

Entrevistada: ah eu gosto sim... Sai 9h, volto as três, quando é nas férias então, eu vou 9h e 12h já to em casa...Dai eu pego férias duas vezes por ano... Eu pego 15 dias em janeiro e 15 em julho, daí eu fico com meu menino...

A: e fora igreja assim, em tempo livre que que vocês fazem?

Entrevistada: ah minha prima fala assim vou pra balada, não tem ninguém quer ir, eu falo vamo... daí eu vou...rs...

A: e que balada que é?

Entrevistada: há nois vamo no forró... Só chega seis, sete da manhã rs...

(Entrevistada, 47 anos).

No exemplo H, temos um arranjo também bastante diferenciado. Aqui temos uma família monoparental feminina, dada a ausência de figura paterna. Ao mesmo tempo em que a

entrevistada ressalta suas características que a enquadrariam como uma “boa mãe” (cuida do filho, passa as férias com ele), são apresentados enfaticamente uma série de atividades (vai aos bailes com amigas, dança “que nem uma doida”) realizadas sem constrangimentos; decorrência de sua maior independência segundo a própria entrevistada (trabalha “com registro na carteira”, cuida sozinha do filho).

Nota-se que mesmo que as mudanças que ocorrem dentro da estrutura familiar demorem a se manifestar, já que esta última se apresenta “cristalizada” (Sarti, 2008), pudemos observar em nosso campo significativas alterações em sua estrutura, ainda que buscando-se manter a mesma lógica de rede familiar; ora transmitindo certas funções a figuras que tradicionalmente não deveriam exercê-las, ora permitindo certa elasticidade – porosidade - entre as fronteiras fortemente demarcadas socialmente.

3.4. Considerações Finais

De acordo com o que se pode observar em nossa pesquisa até o momento, o resultado preliminar, uma vez que a pesquisa está em andamento, é de que o PBF acaba por reforçar a própria lógica de rede familiar em sua operacionalidade, entretanto com significativas alterações em sua estrutura. Explicaremos o porque.

Diante do que foi exposto, parece-nos que o PBF, além de ajudar a suprir as necessidades básicas das famílias entrevistadas, pôde contribuir para reconstruir a hierarquia presente na relação familiar, no que diz respeito às funções do homem como “pai” e à mulher como “mãe” (familiar nuclear).

Mesmo que sua identidade ainda permaneça entrelaçada a uma função moralmente definida pela sociedade, que continua a esperar da mulher, principalmente a marginalizada, que exerça um papel de “boa mãe”, notamos uma mudança importante. Pois a partir do momento em que, institucionalmente, o programa estabelece a mulher como mediadora entre a instituição familiar e o Estado, o próprio papel social da mulher como mãe passa a ser ressignificado, constituindo novos arranjos e propiciando mudanças na realidade feminina. A mulher passou a exercer muitas vezes funções que não são atribuídas tradicionalmente ao seu papel social, pois ao longo de sua vida familiar ela passa constantemente a exercer as responsabilidades de mãe e pai ao mesmo tempo. Com isso, podemos notar diferentes arranjos familiares, em que as fronteiras fortemente demarcadas e observadas por Sarti há quase duas décadas - entre o papel do homem como pai e mediador do mundo externo e o da mulher como mãe - tornam-se mais porosas, ganhando uma configuração mais elástica e flexível.

Como pudemos observar no caso de várias entrevistadas, por um motivo ou outro (como a inexistência da figura masculina no arranjo familiar - caso do exemplo G/H-; esta figura estar desempregada – exemplo D – ou mesmo inválida – exemplo A) - era comum a presença da mulher como “provedora” de renda para a família – seja de maneira complementar ao marido (caso do exemplo F), seja como única fonte de renda (caso dos exemplos D, A e H) E isso, ao que nos parece, só foi possível devido ao fato do dinheiro do PBF ser tido como um recurso no qual as mulheres detêm autonomia para usar. Assim, o PBF contribui para que as mulheres possam cumprir seu papel social (de mãe, administradora da casa) sem a necessidade de depender totalmente dos maridos ou de ter que arrumar emprego fora de casa.

Podemos notar pelos beneficiários do PBF, apesar de todas as opiniões variadas e muitas vezes divergentes expressas em relação à sua eficácia, que o programa vem causando impactos

não apenas na esfera material, mas inclusive moral, das famílias beneficiadas; passando a construir novos significados perante seu patrimônio familiar.

7. Referências Bibliografias

ALMEIDA, M. W. “Redescobrimo a Família Rural”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1986, p. 66-83.

CALDEIRA, T. P. *A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUARTE, L. F. *Da Vida Nervosa das Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

DURHAM, E. R. *A Dinâmica da Cultura*. São Paulo: Cosac & Naif, 2004 [1986].

DURHAM, E. R. “A sociedade vista da periferia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1996.

HOBBSAWN, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MAGNANI, J. G. C. “A antropologia urbana e os desafios da metrópole”. *Tempo Social*. v. 15, n. 1, 2003, pp. 81-95.

PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PIRES, A. *Ruralidades em Transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

SARTI, C. A. *A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2007.

SARTI, C. A. “Famílias Enredadas” IN: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org). *Família: Laços, Redes e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, M. O. da S. &; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. *A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2007.

ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1985].